

A HISTÓRIA DA FILOSOFIA NO ENSINO DE FILOSOFIA:
CONSIDERAÇÕES A PARTIR GRAMSCI¹

Renê José Trentin Silveira²

RESUMO: O presente artigo visa a discutir o papel da história da filosofia no ensino dessa disciplina à luz das considerações de Antonio Gramsci, colhidas principalmente nos Cadernos 10 e 11 de sua obra *Cadernos do Cárcere*. Espera-se demonstrar a importância da história da filosofia, não no sentido de “informar historicamente o aluno sobre o desenvolvimento da filosofia passada”, mas, antes, de “formá-lo culturalmente”, a fim de “ajudá-lo a elaborar criticamente o próprio pensamento”.

PALAVRAS-CHAVE: ensino de filosofia; história da filosofia; Gramsci; Ensino Médio.

RESUMEN: El presente artículo visa a discutir el papel de la historia de la filosofía en la enseñanza de esa disciplina a la luz de las consideraciones de Antonio Gramsci, cogidas principalmente en los Cuadernos 10 y 11 de su obra *Cuadernos de la Cárcel*. Se espera demostrar la importancia de la historia de la filosofía, no en el sentido de “informar históricamente el alumno sobre el desarrollo de la filosofía pasada”, pero, antes, de “formarlo culturalmente”, a fin de “ayudarlo a elaborar críticamente el propio pensamiento”.

PALABRAS CLAVES: enseñanza de filosofía; historia de la filosofía; Gramsci; Bachillerato.

No ensino da filosofia dedicado não a informar historicamente o aluno sobre o desenvolvimento da filosofia passada, mas a formá-lo culturalmente, para ajudá-lo a elaborar criticamente o próprio pensamento e assim participar de uma comunidade ideológica cultural, é necessário partir do que o aluno já conhece, de sua experiência filosófica (após lhe ter demonstrado que ele tem uma tal experiência, que é um ‘filósofo’ sem o saber) (GRAMSCI, 2001, C 11, Nota II, p. 119).

¹ Texto apresentado originalmente como comunicação oral, trabalho completo, no I Congresso Latinoamericano de Filosofia da Educação – Identidade e diferença da Filosofia da Educação na América Latina, realizado na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, de 01 a 03 de agosto de 2011. O título, aqui, encontra-se ligeiramente modificado,

² Professor do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP. Membro do Grupo de Pesquisa Paidéia e da linha de Pesquisa Ensino de Filosofia. E-mail: rene@unicamp.br

Uma das questões mais recorrentes e ainda controversas em relação ao ensino de Filosofia nas escolas de nível médio diz respeito ao lugar a ser ocupado pela história da filosofia. De fato ela é imprescindível? Caso seja, que papel lhe deve ser confiado? Como superar a abordagem já bastante criticada que a trata como exposição abstrata e linear das diversas correntes filosóficas, na expectativa de que os alunos memorizem mecanicamente as principais ideias de cada pensador? Enfim, como trabalhá-la de modo que adquira significado concreto para os jovens?

O presente artigo visa a discutir essa temática à luz de algumas considerações de Antonio Gramsci, colhidas principalmente nos Cadernos 10 e 11 de sua obra *Cadernos do Cárcere*.

Como se sabe, essa obra foi produzida durante o período em que Gramsci esteve preso (1926 a 1937) pelo fascismo italiano e se constitui de apontamentos sobre temas diversos, registrados em 33 cadernos escolares que lhe iam sendo concedidos paulatinamente e que só postumamente foram publicados.

De acordo com Carlos Nelson Coutinho (2001, p. 9ss), desses 33 cadernos, 4 foram dedicados a exercícios de tradução (do alemão e do inglês, incluindo textos de Marx, Goethe e dos irmãos Grimm), enquanto os outros 29 reúnem estudos e reflexões do próprio Gramsci (embora os Cadernos 7 e 9 também contenham traduções).

Esses 29 cadernos temáticos, por sua vez, subdividem-se em *cadernos micelâneos* (do 1 ao 9, mais os cadernos 14, 15 e 17) e *cadernos especiais* (do 10 ao 13, o 16 e do 19 ao 29). Os primeiros compõem-se de notas sobre temas variados, por vezes com títulos semelhantes ou mesmo repetidos, ao passo que os segundos são dedicados a assuntos mais específicos e mais longamente desenvolvidos.³

O *Caderno 10* (1932-1935) intitula-se *A filosofia de Benedetto Croce* e, embora se trate de um *caderno especial*, guarda também, segundo Coutinho (2001, p. 15), características de um *caderno miscelâneo*, pois nele foram inseridas

³ Essa classificação dos *Cadernos* foi fixada por Valentino Gerratana, de acordo com indicações deixadas pelo próprio Gramsci (cf. COUTINHO, 2001, p. 10-11).

notas sobre temas diversos, incluindo vários parágrafos intitulados *Introdução ao estudo da filosofia*, tema análogo ao que é desenvolvido no *Caderno 11*, indiretamente intitulado *Introdução ao estudo da Filosofia*⁴. Em ambos, portanto, encontram-se as principais categorias analíticas e posicionamentos do autor que fornecerão as bases teóricas para a reflexão aqui desenvolvida.

O caráter histórico da filosofia ou a indissociabilidade entre história e filosofia: a filosofia como “uma contínua solução de problemas colocados pelo desenvolvimento histórico”

Para Gramsci, há uma “identidade entre história e filosofia”⁵ que é “imaneente ao materialismo histórico” dialético e que já estaria contida em duas famosas proposições dos fundadores dessa corrente filosófica: na 11^a. tese sobre Feuerbach, de Marx, segundo a qual “os filósofos até hoje apenas explicaram o mundo e que se trata agora de transformá-lo”⁶, e na afirmação de Engels de que “o proletariado alemão é o herdeiro da filosofia clássica alemã”⁷.

No caso da 11^a tese, Gramsci discorda da interpretação de Benedetto Croce de que a partir dela se poderia concluir que a crítica de Marx à filosofia hegeliana, considerando-a como visão invertida do real, aplicar-se-ia a toda e qualquer filosofia, de modo que, em Marx, o filosofar seria suplantado pela atividade prática.

Gramsci, ao contrário, considera que a crítica de Marx se dirige especificamente a *uma* “filosofia ‘escolástica’, puramente teórica ou contemplativa”, a qual ele pretende substituir por uma outra, capaz de produzir uma “vontade atualizadora” que com ela se identifique; ou seja, uma filosofia na qual teoria e prática sejam dialeticamente unificadas. Por isso, considera que:

⁴ Segundo Coutinho (2001. p. 15), diferentemente do que ocorre com outros cadernos, o título do *Caderno 11* não aparece em sua capa, mas em uma referência a este caderno feita pelo autor no parágrafo 60 do *Caderno 10* (GRAMSCI, 2001, p. 425). A esse respeito, ver também a nota explicativa 87, de Coutinho (2001, p. 486).

⁵ Essa discussão aparece na *Parte II* do *Caderno 10*, intitulada *A filosofia de Benedetto Croce*, sendo anunciada no parágrafo 2^o e desenvolvida no parágrafo 31.

⁶ Cf.: K. Marx e F. Engels, *A ideologia alemã (Feuerbach)*, 1991, p. 14.

⁷ A citação de Gramsci é extraída da obra de Engels intitulada *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*.

“A tese XI - ‘os filósofos apenas interpretaram o mundo de várias maneiras, trata-se agora de transformá-lo’ - não pode ser interpretada como um gesto de repúdio a qualquer espécie de filosofia, mas apenas de fastio para com os filósofos e seu psitacismo⁸, bem como de enérgica afirmação de uma unidade entre teoria e prática” (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 340).

Mesmo que se admitisse por hipótese, por mais absurda que ela seja, que Marx pretendesse “suplantar’ a filosofia em geral com a atividade prática”, prossegue Gramsci, poder-se-ia usar contra ele o clássico argumento de que “não se pode negar a filosofia senão filosofando, isto é, reafirmando o que se queria negar” (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 340).

Para Gramsci, portanto, a 11ª tese deve ser interpretada como “uma reivindicação da unidade entre teoria e prática” (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 340), unidade que nada mais é do que “a afirmação da historicidade da filosofia”, de sua “imanência absoluta”, de sua “absoluta terrenalidade” (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 340-341).

No caso da afirmação de Engels de que “o movimento operário alemão é o herdeiro da filosofia clássica alemã”, na compreensão de Croce, esse herdeiro não apenas não continuaria a obra de seu predecessor, como ainda “empreenderia uma outra, de *natureza diversa e contrária*”. Inversamente, para Gramsci, ele é alguém que “continua o predecessor, porém o continua praticamente”, já que extraiu da “mera contemplação” a que esse predecessor estava aprisionado uma “vontade ativa, transformadora do mundo”. Essa atividade prática, porém, não é mero ativismo, desprovido de orientação teórica, pois nela “está também contido o ‘conhecimento’”, o qual, aliás, “somente na atividade prática é ‘conhecimento real’ e não ‘escolasticismo’” (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 341).

Se o movimento operário é o herdeiro que continua praticamente a obra do predecessor visando à transformação da realidade, pode-se concluir que a filosofia

⁸ Psitacismo: do latim, *psittacus*, isto é, papagaio. Trata-se de “perturbação psíquica que consiste em repetir palavras sem ter idéia do seu significado”. Por extensão e pejorativamente significa: “palavreado vazio e abundante; loquacidade, verborrêia” e ainda “estudo por repetição mecânica; decoreba” (Cf.: Dicionário HOUAISS on line. Disponível em: <http://dic.busca.uol.com.br/result.html?t=10&ref=homeuol&ad=on&searchFor=noticias&rd=1&id=1&ads=on&q=Psitacismo&group=0&x=19&y=6&dict=acesso>. Acessado em 10 de junho de 2011.

da práxis é uma “concepção de massa”; e de uma massa que “opera unitariamente, isto é, que tem normas de conduta não só universais em idéia, mas também ‘generalizadas’ na realidade social”. Nesse sentido, “a atividade do filósofo individual só pode ser concebida em função de tal unidade social, ou seja, também ela como política, como função de direção política” (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 341).

Assim, na visão de Gramsci, a posição de Marx sobre a filosofia pode ser compreendida como a afirmação da historicidade da filosofia. Trata-se de negar não toda e qualquer filosofia, toda e qualquer elaboração teórica, mas “a ‘filosofia absoluta’ abstrata ou especulativa”, que se ocupava de “‘problemas supremos’”, ou de “‘problemas filosóficos’”, sempre abstratamente concebidos, e dar a precedência à prática, à “história real das modificações das relações sociais”, na qual “surgem (ou são apresentados) os problemas que o filósofo se propõe e elabora” (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 341-342).

Nessa perspectiva, portanto, “a filosofia não se desenvolve a partir de outra filosofia”, mas como “uma contínua solução de problemas colocados pelo desenvolvimento histórico” (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 343). Compreende-se, assim, diz Gramsci, por que a filosofia da práxis busca estudar nos filósofos justamente aquilo que “‘não é filosófico: as tendências práticas e os efeitos sociais e de classe que eles representam’”. Essa atitude significa uma “‘historicização’ das respectivas filosofias”, isto é, “uma busca do nexos histórico entre os filósofos e a realidade histórica que os movia” (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 342).

Isso de modo algum desqualifica o pensamento propriamente dito dos filósofos individuais, isto é, aquele “‘resíduo’” que sobra após a distinção do que é histórico e social em sua filosofia. É evidente que as exigências históricas que induzem ao filosofar precisam ser captadas pelo filósofo como indivíduo e que suas características individuais influem na forma como se dá essa captação e como ele pratica e expressa concretamente sua filosofia. E essas características individuais, sem dúvida, têm sua importância, que “‘não é puramente instrumental e funcional’”. Afinal, mesmo entendendo-se a filosofia como “‘contínua solução de problemas colocados pelo desenvolvimento histórico’”, cada filósofo, ao se deparar com esses

problemas, não apenas “não pode negligenciar os filósofos que o precederam”, como também, com frequência, coloca-se em polêmica com eles e suas “concretas obras individuais” (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 343).

Em suma, para Gramsci, a filosofia não pode ser separada da história e da história da filosofia, isto é, da sua própria história. Ela se desenvolve não simplesmente porque um filósofo sucede a outro, mas porque a “história geral do mundo”, isto é, “as relações sociais” das quais os homens participam, se desenvolvem, transformando-se continuamente e trazendo sempre novos problemas para serem elaborados teoricamente pelos filósofos, ou recolocando os antigos para que recebam novas elaborações. Nas palavras do autor:

Se a filosofia é história da filosofia, se a filosofia é ‘história’, se a filosofia se desenvolve porque se desenvolve a história geral do mundo (isto é, as relações sociais nas quais vive o homem) e não porque a um grande filósofo sucede um filósofo ainda maior e assim por diante, é claro que, ao se trabalhar praticamente para fazer história, faz-se também filosofia ‘implícita’ (que será ‘explícita’ na medida em que os filósofos a elaborarem coerentemente), suscitam-se problemas de conhecimento que, além da forma ‘prática’ de solução, encontrarão, mais cedo ou mais tarde, a forma teórica pela obra dos especialistas, após ter encontrado imediatamente a forma ingênua do senso comum popular, isto é, dos agentes práticos das transformações históricas (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 343).

Essa noção da filosofia como reflexão sobre problemas colocados pelo desenvolvimento histórico ou, o que de certo modo dá no mesmo, pela história da filosofia, reaparece no *Cademo 11*, quando Gramsci indica como deve ser uma “introdução ao estudo da filosofia”. Para viabilizar a crítica e a renovação do senso comum, tarefa por ele confiada à filosofia, é preciso que este estudo exponha “sinteticamente os problemas nascidos no processo de desenvolvimentos da cultura geral”, isto é, no próprio senso comum, a fim de criticá-los. Essa cultura geral “só parcialmente se reflete na história da filosofia”. Como, porém, não se pode estudar a história do senso comum, dada a ausência de material documental, a principal fonte para a crítica desses problemas passa a ser a história da filosofia. Deve-se, portanto, expor os problemas nascidos no processo de desenvolvimento da história

da filosofia e dos quais se ocuparam os filósofos, a fim de mostrar a sua relevância, se ainda a tiverem, ou o significado que tiveram como “elos superados de uma cadeia” e apontar os problemas novos e atuais, ou, ainda, a forma atual que assumem antigos problemas (GRAMSCI, 2001, C11, p. 101).

Portanto, é na história da filosofia que se encontram os fundamentos necessários para a compreensão, a crítica e a superação dos problemas que emergem no senso comum, razão pela qual ela é parte essencial de uma introdução ao estudo da filosofia.

História e filosofia formam um bloco. A história da filosofia como esforço dos filósofos para mudar as concepções do mundo, em cada época histórica, e as normas de conduta a elas correspondentes.

A identificação entre história e filosofia aparece também no §18 da Parte II do *Caderno 10*, quando Gramsci discute o que se entende por “filosofia de uma época histórica”, concluindo que filosofia e história formam um “bloco”.

A história da filosofia, entendida como “história da filosofia dos filósofos”, é também a história das tentativas de uma certa classe de pessoas (os filósofos) para mudar, corrigir e aperfeiçoar as concepções do mundo, em cada época histórica e as normas de conduta a elas correspondentes. Em última instância, é a história de suas tentativas “para mudar a atividade prática em seu conjunto” (GRAMSCI, 2001, C10, § 17, p. 325).

Há, portanto, uma dimensão prática embutida na atividade filosófica que resulta do fato de ela ser historicamente condicionada (desde que não se tome esse condicionamento como absoluto ou mecânico) e voltada para a superação dos problemas e necessidades do contexto em que se desenvolve. Essa constatação - do caráter prático e, portanto, político da filosofia - contribui para afastar o preconceito bastante difundido de que ela seria uma atividade puramente teórica, abstrata, sem conexão com a vida prática e, portanto, inútil.

Mas a história da filosofia de uma determinada época não se constitui apenas pela história da filosofia dos filósofos. Esta é apenas uma parte daquela. Na visão de Gramsci, é preciso considerar também “outras partes da história da

filosofia”, a saber: “as concepções do mundo das grandes massas”, “as dos grupos dirigentes (ou intelectuais) mais restritos” e, por fim, “as ligações entre estes vários complexos culturais e a filosofia dos filósofos” (GRAMSCI, 2001, C10, § 17, p. 326). Em suma, a história da filosofia dos filósofos deve ser concebida em sua articulação com as demais concepções do mundo que com ela se fazem presentes numa determinada época histórica.

A filosofia de uma época, portanto, para Gramsci, não se reduz ao pensamento de um determinado filósofo, ou de um determinado grupo de intelectuais, ou mesmo de amplas camadas da população. Ela é, na realidade, “uma combinação de todos estes elementos” que culmina numa determinada direção, tornando-se “norma de ação coletiva”, isto é, “‘história’ concreta e completa (integral).” Isso significa que uma filosofia se torna “história” quando se converte em “norma de ação coletiva”, adquirindo um sentido prático e político (GRAMSCI, 2001, C10, § 17, p. 326).

Assim, pode-se dizer que a “filosofia de uma época histórica” é, na realidade, a “‘história’ dessa mesma época”, da qual fazem parte todas as concepções do mundo nela coexistentes. Nesse sentido, “história e filosofia são inseparáveis, formam um ‘bloco’” (GRAMSCI, 2001, C10, § 17, p. 326).

Dizer que filosofia e história formam um “bloco” significa afirmar que elas estão dialeticamente imbricadas. A filosofia não existe fora da história, isto é, destacada das condições materiais e culturais que a determinam em cada período histórico. Cada filosofia é e não pode deixar de ser a filosofia possível em sua época.

Todas essas considerações em torno de sua historicidade, apontam ainda para um outro aspecto característico da filosofia: o seu “caráter não definitivo”, transitório, de concepção de mundo sujeita a superação.⁹ Essa transitoriedade, porém, não pode ser explicada por meio de princípios gerais (como o do “‘devir’”, por exemplo), nem pela simples afirmação de que a filosofia não é algo abstrato por dedicar-se à “resolução dos problemas” apresentados pela realidade

⁹ Em outra passagem, Gramsci afirma: “nenhuma filosofia é definitiva, mas sim historicamente determinada” (GRAMSCI, 2001, C10, §40, p. 360).

(GRAMSCI, 2001, C10, §41 [I] p. 368). Para Gramsci, trata-se de uma historicidade “concreta” e “dialética”, visto que “dá lugar a lutas de sistemas, a lutas entre maneiras de ver a realidade” (GRAMSCI, 2001, C10, §41 [I] p. 368).

Essas “lutas entre maneiras de ver a realidade”, entre diferentes filosofias, são, em grande parte, lutas hegemônicas que revelam a repercussão no âmbito superestrutural da luta de classes incrustada na base material da sociedade. Eis, portanto, o fundamento material e concreto (ontológico e histórico) da transitoriedade de toda filosofia e que, em grande parte, explica as razões da superação (positiva) de uma determinada filosofia por outra que a sucede.

Dessa perspectiva, pode-se dizer que as diferenças entre as doutrinas filosóficas revelam o comprometimento político e de classe, mais ou menos explícito, dos filósofos, eliminando de uma vez por todas qualquer eventual pretensão à neutralidade por parte da filosofia.

A filosofia como concepção do mundo. A história da filosofia como instrumento para a crítica e a escolha das diferentes concepções do mundo.

No *Caderno 11* a filosofia é concebida por Gramsci genericamente como “concepção do mundo”, mas com características específicas que a distinguem de outras concepções, como o senso comum e a religião. Dentre essas características destacam-se a crítica, a unidade e a coerência.

De fato, para o autor, ser filósofo significa “ter uma concepção de mundo criticamente coerente”. E isso não é possível sem que se tenha “consciência da própria historicidade”, isto é, do fato de que a concepção de mundo que se possui representa uma determinada fase do desenvolvimento histórico (ou seja, foi historicamente produzida) e, ainda, está em contradição com muitas outras concepções a ela coexistentes (GRAMSCI, 2001, C11, Nota I, p. 94).

Desse ponto de vista, pode-se concluir que não existe uma única filosofia, uma “filosofia em geral”, mas diversas filosofias ou concepções do mundo coexistindo em uma época histórica. E “sempre se faz uma escolha entre elas”

(GRAMSCI, 2001, C11, p. 96).¹⁰ O problema está na forma como em geral é feita essa escolha, havendo, por vezes, contradição entre a concepção do mundo logicamente afirmada e proclamada e aquela que se manifesta na prática, implícita na ação.

Para que essa escolha seja coerente, consciente, crítica e autônoma é preciso compreender como surgem e se difundem essas diferentes concepções de mundo o que, por sua vez, requer “sistematizar crítica e coerentemente as próprias intuições do mundo e da vida”. Essa sistematização, segundo Gramsci, só pode ser elaborada “no quadro da história da filosofia”, pois é nela que se podem encontrar as origens e o desenvolvimento dessas concepções presentes nos dias atuais e que, de certo modo, sintetizam toda a “história passada, mesmo em seus erros e em seus delírios” (GRAMSCI, 2001, C11, p. 97-98).

Daí a necessidade do contato com a história da filosofia. É nela que se encontram as raízes e os fundamentos das diversas concepções do mundo que coexistem em uma determinada época histórica e cuja compreensão rigorosa se faz necessária para que a opção por uma delas seja crítica e autônoma. Escolher uma concepção de mundo de forma crítica e autônoma significa, também, superar o senso comum e avançar na direção de uma consciência filosófica.¹¹

¹⁰ Em outra passagem, diz o autor: “Em cada época coexistem muitos sistemas e correntes de filosofia” (GRAMSCI, 2001, C11, p. 97).

¹¹ Em outro trecho do *Caderno 11*, por meio de um questionamento, Gramsci dá uma idéia mais precisa do que seria essa escolha autônoma e crítica da própria concepção do mundo: “é preferível ‘pensar’ sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, ‘participar’ de uma concepção do mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou a província, pode se originar na paróquia e na ‘atividade intelectual’ do vigário ou do velho patriarca, cuja ‘sabedoria’ dita as leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para a ação), ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?” (GRAMSCI, 2001, C 11, §12, p. 93-94).

Implicações para o ensino da filosofia

Vejamos, a seguir, algumas das implicações para a prática do ensino da Filosofia que se podem extrair das considerações acima.

1) O ensino da filosofia não pode ser um *psitacismo*, isto é, uma repetição mecânica de termos, conceitos, jargões, slogans, ainda que extraídos das obras dos filósofos. E não pode sê-lo nem para o aluno, nem para o professor. Se filosofia e história são indissociáveis e se a história da filosofia pode ser entendida como o conjunto de respostas dadas pelos filósofos aos problemas concretos de cada período histórico, a compreensão do pensamento desses filósofos (de suas teorias, dos conceitos e categorias analíticas por eles forjados) passa pela compreensão de “como nascem e se desenvolvem” (GRAMSCI, 2001, C 10, §31, p. 342) esses problemas, do seu significado em cada época, dos conflitos e interesses aos quais estão associados. Assim, o professor de Filosofia deve investigar com seus alunos também aquilo que “não é filosófico” nos filósofos estudados, isto é, “as tendências práticas e os efeitos sociais e de classe que eles representam”. Em outros termos, deve procurar empreender uma “historicização” das respectivas filosofias”, auxiliando os alunos a perceber o “nexo histórico entre os filósofos e a realidade histórica que os movia” (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 342). Somente por meio dessa contextualização histórica a filosofia ensinada na escola pode se constituir em “conhecimento real”, evitando transformar-se em mero “escolasticismo”.

2) A “unidade entre teoria e prática” (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 340) que decorre da “afirmação da historicidade da filosofia” e de sua “imanência” e “terrenalidade” absolutas (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 340-341) também deve ser buscada no ensino da Filosofia. Para tanto, um possível caminho seria partir não de “problemas supremos”, ou “problemas filosóficos” abstratos, arbitrariamente fixados, nem de uma exposição sistemática dos diferentes sistemas filosóficos desenvolvidos ao longo da história da filosofia. Antes, se a filosofia se desenvolve como “contínua solução de problemas colocados pelo

desenvolvimentos histórico”, deve-se partir de problemas concretos e socialmente relevantes, extraídos da realidade vivida pelos alunos.

Desse modo, o contato sistemático com o pensamento dos filósofos individuais, com as diferentes filosofias estudadas, ganha um sentido concreto mais explícito e vivo, na medida em que deixa de ser mera contemplação ou ilustração fundadas na memorização mecânica e superficial, para se tornar fundamento de uma nova concepção do mundo, qualitativamente superior à anterior e capaz, talvez, de despertar nos estudantes uma “vontade ativa, transformadora do mundo” (GRAMSCI, 2001, C10, §31, p. 341).

3) Demonstrar aos alunos o sentido prático - e político - da filosofia pode ajudar a afastar a opinião preconceituosa que afirma a inutilidade da disciplina e, por conseguinte, motivá-los para seu estudo. Esse sentido prático está presente: a) na idéia de que todos são “filósofos” por possuírem uma determinada concepção do mundo pela qual pautam suas ações cotidianas (GRAMSCI, 2001, C 11, §12, p. 93); b) na concepção da filosofia como “contínua solução dos problemas colocados pelo desenvolvimento histórico”; c) na afirmação da história da filosofia como esforço dos filósofos individuais para aperfeiçoar e mudar as concepções do mundo de uma determinada época histórica, bem como as normas de conduta e a atividade prática dos homens correspondentes a essas concepções.

Na prática, essa demonstração implica ajudar os estudantes a perceber: que, de certo modo, também são “filósofos”, pois a filosofia está constantemente presente em suas vidas, na medida em que suas ações cotidianas são sempre orientadas por alguma concepção do mundo, isto é, por alguma “filosofia”, ainda que espontânea e inconscientemente adquirida; que o contato com a história da filosofia é fundamental para tomar consciência dessa concepção do mundo, criticá-la, superá-la e substituí-la por outra que seja coerente e unitária; que o trabalho realizado pelos filósofos, em cada época história passada, continua necessário nos dias de hoje, visto que há, também no contexto atual, diversas concepções do mundo que precisam ser corrigidas e superadas, a fim de mudar as práticas sociais que elas inspiram; que esta não é uma tarefa exclusiva dos filósofos profissionais, mas também da *escola*, particularmente através do ensino da Filosofia, por meio

do qual se podem analisar, compreender e problematizar essas concepções de forma rigorosa e coerente; que o estudo da filosofia permite conhecer algumas das principais correntes filosóficas que constituem a filosofia da época atual, favorecendo uma compreensão mais coerente e crítica dessa filosofia e o posicionamento consciente e autônomo em relação a ela; que suas próprias concepções do mundo também fazem parte da filosofia de sua época, de modo que o estudo da filosofia dos filósofos é também, para eles, um tipo de “conhece-te a ti mesmo” (GRAMSCI, 2001, C 11, Nota I, p. 94), desde que explicita os pressupostos teóricos dessas concepções, embutidos em suas práticas cotidianas.

Evidentemente, para que a disciplina cumpra de fato este papel, é preciso que o professor selecione como objeto de estudo os filósofos e as correntes filosóficas mais relevantes para a elucidação dessa filosofia da época atual. Para tanto, ele pode se perguntar, juntamente com seus alunos: Qual é a filosofia da época histórica atual que está servindo como norma de ação coletiva? Quais são os elementos constitutivos dessa filosofia? Que filósofos individuais e que grupos de intelectuais lhe fornecem os fundamentos teóricos e ideológicos? Como esses elementos se combinam e se articulam e como se refletem na mentalidade popular? De todo modo, qualquer que seja o critério adotado, é preciso enfatizar que esta seleção é atribuição inalienável do professor, a qual está associada simultaneamente à especificidade de sua competência profissional e de seu compromisso político.

4) Reconhecer o caráter transitório da filosofia, dada a sua historicidade “concreta” e “dialética”, trás algumas conseqüências para o professor. Em primeiro lugar, cabe a ele mostrar aos alunos que as diferenças entre as filosofias ou correntes filosóficas estudadas não resultam apenas da genialidade individual de cada pensador, por mais que esse aspecto também seja significativo. Mais que diferentes entre si, essas filosofias são, na realidade, e principalmente, formas de lutas: “lutas entre maneiras de ver a realidade” que, no fundo, são a expressão da luta de classes no âmbito das idéias (da superestrutura) e que denunciam o inevitável comprometimento político e de classe dos filósofos.

Em segundo lugar, importa esclarecer que as diferentes filosofias, mesmo aquelas que se tornam “clássicas”, não são eternas, definitivas, mas provisórias, passageiras, sendo continuamente superadas pelas que as sucedem ao longo da história. Isso, porém, em nada diminui o valor intrínseco de cada uma delas, tanto como esforço individual para responder com rigor aos problemas concretos de uma determinada época histórica, quanto como referencial fecundo para o enfrentamento de problemas atuais.

Em terceiro lugar, se toda filosofia é transitória, cumpre que o professor reconheça também a transitoriedade da visão de mundo que constitui a *sua* filosofia, evitando, assim, todo e qualquer sectarismo ou proselitismo ao expressá-la perante seus alunos. Se, por um lado, não lhe é possível a neutralidade, por outro, não seria aceitável que, em nome dessa impossibilidade, adotasse uma conduta intencionalmente doutrinadora.

5) Se a filosofia de uma época não se reduz à história da filosofia, já que inclui uma vasta gama de concepções do mundo (das massas, dos grupos dirigentes, das manifestações culturais, dos filósofos, entre outras), nem tampouco à filosofia de um ou de outro filósofo isoladamente, o professor de filosofia, ao tratar dessa temática (por exemplo, a filosofia grega na época antiga), não pode se limitar à apresentação de uma única corrente filosófica como se ela fosse a única representante da época em questão. Deve, antes, dar uma idéia geral do panorama cultural dessa época, explicitando os determinantes históricos das diversas concepções do mundo que o constituem (por exemplo, a sofística, o socratismo, o platonismo, o pitagorismo, a tragédia, a comédia, a religião e outras que se mostrarem relevantes), bem como as razões dos embates, das divergências e das lutas entre elas. Mesmo que o objetivo seja enfatizar o pensamento de um determinado filósofo (digamos, Platão), este pensamento não deve ser confundido com a filosofia de toda a época. Em suma, trata-se de contextualizar histórica e culturalmente as diferentes correntes filosóficas e os conflitos existentes entre elas.

6) Se a história da filosofia é necessária para a escolha autônoma e consciente da própria concepção do mundo, e se o objetivo é que isso esteja ao alcance das massas e não apenas de pequenos grupos intelectuais, então a história

da filosofia deve ter uma difusão de massa. Ora, não há situação mais favorável para isso, pelo menos nas condições brasileiras, do que o ensino de Filosofia na escola. Isso não significa, necessariamente, que ela deva ser trabalhada na forma de uma exposição cronológica dos principais sistemas filosóficos que tiveram influência em nossa formação cultural. Na perspectiva de Gramsci, o objetivo do ensino da filosofia não deve ser “informar historicamente o aluno sobre o desenvolvimento da filosofia passada”, mas, antes, “formá-lo culturalmente” a fim de “ajudá-lo a elaborar criticamente o próprio pensamento”.

Deve-se, portanto, “partir do que o aluno já conhece, da sua experiência filosófica”, demonstrando que ele possui essa experiência, “que é um ‘filósofo’ sem o saber” (GRAMSCI, 2001, C 11, p. 119). Ora, considerando que, em média, os alunos não têm “mais do que informações soltas e fragmentárias, carecendo de qualquer preparação metodológica e crítica”, o ponto de partida acaba sendo o próprio senso comum e até mesmo a religião. Somente após essa etapa é que se parte para a abordagem dos “sistemas filosóficos” (GRAMSCI, 2001, C 11, p. 119). Isso exige que o professor conheça, ao menos parcialmente, o universo cultural dos alunos e seja capaz de articular a esse universo os problemas que serão objeto da reflexão em sala de aula.

Na realidade, a história da filosofia, como conteúdo do ensino da Filosofia, não deve ser vista como um fim em si mesmo, mas como um referencial necessário para a exposição dos problemas extraídos do senso comum, para a reflexão crítica sobre eles e para a conquista daquela capacidade autônoma e consciente de escolher a própria concepção do mundo.

Conclusão

Pelo exposto, pode-se, concluir que a história da filosofia tem papel essencial no ensino dessa disciplina, o que não significa que ela deva ser tratada como exposição abstrata e linear das diversas correntes filosóficas. Conhecê-la, porém, é uma exigência constante que se impõe ao professor, a fim de que seu trabalho proporcione aos estudantes as condições necessárias para que reelaborem

criticamente o seu próprio pensamento, a sua própria concepção do mundo, avançando na superação daquela “filosofia espontânea”, do senso comum, que eles já possuem antes de ingressar no Ensino Médio.

Não se trata de negar o valor dessa “filosofia”. Muito pelo contrário. É preciso reconhecê-la e respeitá-la como “aquilo que o aluno já sabe”, como elemento constitutivo da sua própria identidade, por vezes assumida ou “escolhida” de modo inconsciente e acrítico, e tomá-la como ponto de partida para o trabalho pedagógico com a Filosofia.

Esse trabalho inclui, entre outros desafios, ajudar o aluno a identificar essa “sua” concepção do mundo (o “conhece-te a ti mesmo”), a conhecer ao menos minimamente os seus fundamentos filosóficos (os quais se encontram na história da filosofia), a problematizar as razões pelas quais a “escolheu” para nortear seu jeito de pensar, sentir e agir, enfim, a reelaborá-la de modo a tomá-la mais coerente, unitária e crítica. Em outros termos, trata-se de proporcionar aos estudantes as condições necessárias para que se aproximem ao máximo possível (tanto quanto couber ao nível médio de ensino) do jeito de filosofar dos filósofos profissionais. Na prática, isso implica pensar com maior rigor lógico, com maior espírito de sistema, com maior criticidade, além de conhecer em alguma medida a história do pensamento (GRAMSCI, 2001, C 10, §52, p. 410).

Ora, nada disso é possível sem o contato desses estudantes com o pensamento historicamente produzido pelos filósofos, tanto no que se refere ao conteúdo desse pensamento, quanto à sua forma (o método). É pois na história da filosofia que se encontra o conteúdo fundamental do ensino da filosofia, o instrumental teórico-metodológico que justifica sua presença como disciplina no currículo escolar.

Referencias bibliográficas

COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Edição Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 7-74.

GRAMSCI, A. Caderno 10 (1932-1935) - A filosofia de Benedetto Croce. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Edição Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 275-430.

_____. Caderno 11 (1932-1933) - Introdução ao Estudo da Filosofia. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Edição Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 81-226.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: HUCITEC, 1991.

SILVEIRA, Renê José Trentin. Teses sobre o ensino de Filosofia no nível médio. In: SILVEIRA, R. J. T. S. e GOTO, R. **Filosofia no Ensino Médio**: temas, problemas e propostas. São Paulo, Loyola, 2007, pp. 77-118.

Recebido em 02/09/2011
Aprovado em 04/12/2011